

Lisboa quer ser Património Mundial?

Debate Cidades e património
João Mascarenhas Mateus

As recentes inclusões das fortificações de Elvas e de Coimbra na Lista do Património Mundial puseram em evidência a estagnação do processo de candidatura da Baixa Pombalina.

Tal como Coimbra, a Baixa foi incluída em 2004 na Lista Indicativa de bens históricos com possibilidades de candidatar à Lista Mundial. A discussão da importância da Baixa para o Património Mundial foi iniciada em 2003 e a elaboração do dossier em 2004. O processo foi acompanhado de várias iniciativas destinadas a mobilizar a opinião pública tais como a exposição “Baixa Pombalina - 250 anos em imagens” e de uma série de publicações dedicadas ao diagnóstico científico e à divulgação de estratégias de salvaguarda.

O dossier de candidatura foi entregue ao Comité do Património Mundial (CPM) em Paris e pré-avaliado favoravelmente em 12.12.2005. O envio de documentos adicionais entretanto pedidos pelo CPM e a reserva de um espaço na sede da UNESCO para a apresentação de uma exposição sobre a Baixa na Primavera de 2007 foram mandados cancelar em Janeiro de 2006 por António Carmona Rodrigues, então presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com a indiferença do presidente da Comissão Nacional da UNESCO, José Sasportes. À data, a apresentação de um plano de pormenor para a área não constituía exigência de apreciação por parte da UNESCO e por essa razão o dossier enunciava as directivas de salvaguarda a incluir na elaboração futura de um plano de pormenor. Com a eliminação do gabinete de candidatura em Junho de 2006 foi criado um comissariado para a Baixa. Mais tarde, a Unidade de Projecto da Baixa-Chiado foi dissolvida. Elaborou-se um plano estratégico e posteriormente um plano de pormenor. Desde então tem-se sucedido uma série de iniciativas avulsas para a zona, de que destaque: a renovação do sistema de esgotos na zona da Praça do Comércio, que inviabilizou definitivamente a realização de um túnel rodoviário de rebaixamento da Avenida da Ribeira das Naus na frente fluvial da praça, a renovação dos pavimentos da Praça do Comércio, as obras da frente ribeirinha, que continuam a deixar por montar de novo parte das amuradas de pedra do Cais das Colunas, o Museu do Design, o centro de interpretação na Praça do Comércio, o Museu do Dinheiro com a descaracterização da fachada da antiga Igreja de S. Julião, a uniformização do mobiliário de esplanadas, a conservação

do Arco da Rua Augusta e da estátua de D. José, etc. Fala-se agora do licenciamento de várias unidades hoteleiras que se não for realizado com critérios precisos implicará a destruição de interiores e a alteração de fachadas. Paralelamente, assiste-se à degradação da maioria do edificado e a uma falta de coordenação e estratégia de salvaguarda para a zona.

Lisboa, as instituições de tutela do património e o Governo devem decidir, de uma vez por todas, estratégia e planeadamente, aquilo que desejam para a Baixa Pombalina. Se realmente pretendem que esta seja classificada como Património Mundial, então há definitivamente que recuperar o muito trabalho que já foi feito com o anterior processo de candidatura e que espera simplesmente ser actualizado visto terem passado já sete anos desde que aquele foi suspenso. O reconhecimento internacional é simultaneamente uma distinção, uma exigência de conservação

da integridade do património e um salto qualitativo do nível das intervenções a realizar no coração histórico de Lisboa. Com a classificação da Baixa como Património Mundial abrir-se-á um novo ciclo em que a participação cidadã será fundamental e os critérios de conservação parte integrante da gestão dessa área da cidade. Divulgar a excepcionalidade

do urbanismo ilustrado concretizado na Baixa de Lisboa, convidar os lisboetas a apropriarem-se do seu passado e da originalidade da sua cidade são condições básicas da classificação. Para que tudo isso aconteça é fundamental que Lisboa e Portugal se decidam francamente pela salvaguarda da Baixa Pombalina, avançando unida e independentemente dos ciclos políticos. As relações de poder podem criar-se e destruir-se, a Baixa vê-as passar e espera pacientemente porque merece mais, muito mais do que se tem vindo a fazer por ela. Lisboa não deve perder “comboios” como os do seu reconhecimento internacional. Coimbra e Elvas já apanharam o “comboio” da Lista do Património Mundial. Será que Lisboa é capaz de fazer o mesmo?

Coordenador técnico da candidatura da Baixa Pombalina a Património Mundial de 2003 a 2006; investigador do Núcleo de Cidades, Culturas e Arquitectura do CES - Universidade de Coimbra

Em Coimbra vai ser assim...

Tribuna Autarquias e democracia
José Reis

A democracia portuguesa, debilitada nos seus fundamentos, tem especiais debilidades no nível autárquico. Mas há muitas razões para ver na democracia local o ponto fulcral de refundação democrática num país sujeito a uma violência inaudita, que feriu a dignidade dos cidadãos, e o desvalorizou profundamente.

Em Coimbra constituiu-se o movimento Cidadãos por Coimbra. José Augusto Ferreira da Silva, um advogado de percurso exemplar, é o candidato à presidência da câmara. Eu encabeço a lista da assembleia municipal, pois partilho com muitos, figuras ativas da vida da cidade, uma visão de que fazem parte os seguintes pontos.

O município como lugar central de uma democracia a revigorar pela participação, pela transparência pública e pela construção de soluções para os dramas das pessoas e da vida coletiva. Salvo exemplos que merecem respeito, são demasiadas as autarquias que têm hostilizado a participação dos cidadãos e se constituíram em lugares fáceis para interesses, negócios obscuros e até corrupção. Hoje, a luta decisiva, o ponto diferenciador, é fazer entrar os cidadãos na vida política local: como sujeitos da ação, destinatários da informação, garantes da transparência e legitimadores das deliberações. Isso faz-se com compromissos básicos e práticas sãs. São pontos cruciais do projeto democrático impedir a destruição da administração pública local e a transformação das suas funções em mercados privados guiados pelo lucro e alheios aos cidadãos (a água é o grande assunto, mas não o único). E há um novíssimo ponto: vamos eleger a administração local de um país devastado por política cruéis e habitado por pessoas desprotegidas, muitas à beira da miséria. A marca política da instituição municipal tem hoje de ser refeita pelo modo como incorpore as políticas sociais: apoio aos excluídos, organização da educação e da saúde, promoção do emprego e das qualificações. A política local há de, em tudo, deixar de ser dos negócios para ser da cidadania local.

Reversão urgente de um urbanismo devastador e desqualificado. As cidades expandiram brutalmente os seus perímetros urbanos, foram servis perante os interesses dos que embolsaram rendas fundiárias à custa do bem-estar coletivo, desertificaram os centros, tornaram a habitação pasto do lucro fácil, hipotecando o seu papel fundamental na definição da própria

cidade, renderam-se à mobilidade através do automóvel e do negócio que o rodeia. Só com opções políticas claras se altera esta ordem da desordem. Eleger o centro urbano e os núcleos consolidados da cidade como a prioridade da política de solos, da autorização de construção pela reabilitação, da ação pública em matéria de habitação, da organização da mobilidade é essa opção, de que deve fazer parte a estrita contenção (ou mesmo redução) das áreas urbanizáveis.

Multiplicar o valor da economia da cidade. As cidades, em geral, com as suas instituições, consensos e sentido humano são essenciais para reconstruir a economia devastada por políticas vis, pela especulação financeira, pela destruição do valor do trabalho e do emprego. Há margem e capacidades para isso. Coimbra é exemplar deste ponto de vista, pois desenvolveu nas últimas duas décadas uma economia avançada de grande qualidade baseada na informática e nas tecnologias

da informação, na saúde ou na biotecnologia. Atraiu e fixou profissionais de elevadas competências académicas. São casos multiplicáveis. Pelo emprego, pela criação de riqueza, pela sustentabilidade da vida urbana. A condição é a mais elementar: que a enorme diferença que tem existido em Coimbra entre a economia e a medíocre governação política se



Liberdades civis e vida privada: está na hora de acordar

desfaça, assumindo-se o município como parte inteira de um cluster urbano de capacidades produtivas avançadas.

Recuperar o valor do território e organizar o país. A desatenção da última década, as decisões erradas e a persistente tendência centralista fragilizaram o país desvalorizando o território. Lisboa está mais rica do que os outros mas está ameaçada pelas suas periferias pobres e fragilizada por um país desequilibrado. Coimbra é a parte principal do único sistema urbano estruturado com dimensão mínima (400 mil habitantes) fora das influências metropolitanas. Um país ordenado e mobilizado depende do valor político deste território. As cidades médias europeias que valorizam os respetivos países são semelhantes a Coimbra. Representar solidariamente este território de vários municípios é um propósito que Coimbra tem de assumir, com lealdade e cooperação com os vizinhos com que partilha uma economia comum.

Referi só estes pontos por razões de espaço. Mas a cidade é também conhecimento e ciência, cultura e espaço público inteligente, ambiente e renovação da sustentabilidade ameaçada pela crise. Para tudo isto há que convocar a democracia, a intensa participação dos cidadãos, a transparência, a capacidade de luta contra a devastação da legitimidade democrática, a oposição às políticas que têm atacado a dignidade do trabalho e desfeito a economia e a sociedade. Em Coimbra vai ser assim. Há quem queira recuperar a cidade solidária, a democracia, a transparência e a legitimidade, a capacidade para criar na vida local as soluções que a dignidade exige. Isto vale para a pólis e vale para o país.

Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, membro do movimento Cidadãos por Coimbra

Debate **Proteção de dados** **Viviane Reding**

Uma vez mais aconteceu: o direito fundamental à vida privada voltou a ser violado. Mais um escândalo público. Foi outro rude golpe para a confiança dos cidadãos na segurança dos seus dados pessoais. E também mais uma prova de que é necessária uma mudança radical se quisermos que os cidadãos deixem de se preocupar com a possibilidade de serem vigiados sempre que consultam um sítio na Internet ou escrevem um *email*.

O sistema PRISM permite que os serviços de segurança nacional dos Estados Unidos da América acedam a dados pessoais de cidadãos da UE. Embora o alcance do programa ainda esteja por determinar, o que é claro é que os europeus são colocados numa situação de grande desvantagem relativamente aos cidadãos dos EUA. Com o PRISM, as autoridades de segurança nacional americanas podem controlar os cidadãos da UE de uma forma que seria provavelmente inconstitucional relativamente aos cidadãos dos EUA. Além disso, os cidadãos da UE nem sequer têm possibilidade de recorrer aos tribunais americanos para obter qualquer tipo de reparação.

Este é um sinal de alarme. Uma chamada de atenção para todos aqueles que têm vindo a bloquear a reforma das normas de proteção de dados proposta pela Comissão Europeia, ignorando até que ponto os consumidores se preocupam com os ataques ao seu direito à vida privada. A grande maioria dos cidadãos já suspeitava há muito que os seus dados em poder das empresas podiam ser utilizados - também de forma abusiva - sem o seu conhecimento. Esta falta de confiança é extremamente prejudicial. Prejudicial para a confiança dos cidadãos no Estado de direito. Prejudicial para o crescimento económico, uma vez que grande parte da nossa economia depende da cedência de dados pessoais dos cidadãos às empresas. Aqueles que ignoram as preocupações dos cidadãos provavelmente não se apercebem da questão fundamental em causa.

A Comissão Europeia respondeu a estas preocupações. A Europa é um dos poucos lugares do mundo que já dispõe de normas de proteção de dados sólidas. Apresentámos uma nova proposta de reforma das normas de proteção de dados da UE, para as reforçar ainda mais e para introduzir normas inequívocas sobre a circulação de dados fora da Europa. Só se esta reforma for aprovada é que os cidadãos poderão voltar a ganhar confiança no modo como os seus dados pessoais são tratados. As pessoas devem ter mais controlo sobre os respetivos dados, dispondo de um



“**O escândalo PRISM veio reavivar os receios dos cidadãos quanto à segurança dos dados pessoais. Uma proposta de reforma das normas de proteção de dados da UE permitiria à Europa fazer face a esses receios**”



com este tipo de situações já se encontram ao nosso alcance na proposta da Comissão. Está na hora de os governos, bem como os deputados ao Parlamento Europeu, mostrarem o seu empenho na proteção dos dados dos cidadãos. Está na hora de começarem a trabalhar com a Comissão de forma serena e construtiva para assegurar a rápida adoção das propostas.

O projecto de legislação da UE inclui quatro elementos constitutivos essenciais de um regime forte de proteção de dados.

direito reforçado a serem esquecidas e um direito de portabilidade dos dados. Devem saber que o seu silêncio não equivale a consentir no tratamento dos respectivos dados. E devem ter a garantia de que, quando a sua vida privada for violada, não são as últimas a saber através de fugas de informação nos meios de comunicação social.

O escândalo PRISM causou uma tempestade na Europa porque atingiu um ponto sensível. Os europeus dão muita importância à sua privacidade. Querem normas que contribuam para evitar a violação dos seus direitos pelas empresas ou autoridades com funções coercivas na Europa e fora dela. Os instrumentos que nos permitem lidar

Cada um deles deve ser mantido. O primeiro consiste numa disposição clara quanto ao âmbito territorial das normas: deve ficar absolutamente claro que as empresas de fora da Europa têm de respeitar totalmente a legislação de proteção de dados da UE ao oferecerem e venderem produtos e serviços aos consumidores da UE. Se quiserem jogar no nosso pátio, têm de respeitar as nossas regras. Em segundo lugar, precisamos de uma definição ampla de dados pessoais, que inclua não só o conteúdo dos *emails* e chamadas telefónicas, por exemplo, mas também dados conexos relativos ao tráfego, tais como informações sobre o lugar de origem e o tempo passado a falar ao telefone.

Em terceiro lugar, não devemos limitar a aplicação das normas às empresas que recolhem dados dos cidadãos. Devemos também incluir os responsáveis pelo seu tratamento - como os prestadores de serviços de computação em nuvem - porque, como o escândalo PRISM veio mostrar, estes também constituem uma via de acesso aos dados para aqueles que os procuram. A UE necessita de normas claras sobre as obrigações e a responsabilidade desses responsáveis pelo tratamento.

Por último, devemos dispor de mecanismos de salvaguarda contra a transferência internacional de dados sem restrições. As normas devem garantir que os dados dos cidadãos da UE só serão transferidos para autoridades com funções coercivas não europeias em situações claramente definidas, excepcionais e sujeitas a controlo judicial.

O escândalo PRISM suscitou um debate sobre as liberdades civis, em geral, e a vida privada, em particular. Os políticos da Europa e do mundo devem mostrar que estão atentos. A confiança não nasce do nada, merece-se. A reforma das normas de proteção de dados da UE é o instrumento adequado para ganhar a confiança dos cidadãos. Está ao nosso alcance. Não podemos continuar a adiar. Chegou o momento de agir.

Vice-presidente da Comissão Europeia e comissária da Justiça

